

relação professor-aluno. Parece fora de dúvida que os estudantes ficam felizes quando através de uma brincadeira afetuosa, percebem que foram notados pelo professor.

Mas, estes dois detalhes finais não invalidam as análises do livro como um todo. Leitura acessível, nos desperta toda sorte de reflexão a respeito das mais íntimas ansiedades que permeiam o papel do professor. Verdadeiramente, uma leitura indispensável a todos que desejam refletir sobre a relação "imperialista" que se estabelece entre adultos e crianças.

Dulce C. A. Whitaker

0 A 6 ANOS: ATENDIMENTO EM SÃO PAULO SÃO PAULO, FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS, 1985

A seleção e publicação de quatro textos sobre o atendimento de creches e pré-escolas no município de São Paulo, elaborados pelas pesquisadoras da Fundação Carlos Chagas, ajuda a preencher uma lacuna sentida por todos que estão preocupados com a educação de 0 a 6 anos e que se ressentem da falta de material informativo ou de reflexão.

Felizmente, no ano que passou, vimos a proliferação de encontros, seminários, grupos, onde a questão da educação da criança foi debatida tanto à nível da necessidade de investimentos em estudos e pesquisas, quanto em relação a um debate mais amplo, envolvendo setores da administração pública e privada, responsáveis pelo funcionamento das creches e pré-escolas. Propostas, sugestões, alternativas para uma política de atendimento mais adequada, foram elaboradas e estão sendo discutidas a nível municipal, estadual e federal.

Diante desse contexto, os textos podem auxiliar, e muito, as nossas reflexões: "Crianças e famílias paulistanas" — originalmente elaborado pela equipe de pesquisadores da Fundação Carlos Chagas e apresentado

por Fúlvia Rosemberg à CEI da Câmara Municipal de São Paulo, sobre creches — analisa a questão da creche nas últimas décadas, o surgimento de diferentes arranjos familiares nas populações urbanas principalmente dos trabalhadores assalariados e autônomos que passam a redimensionar as possibilidades da força de trabalho dentro da família. Daí o aparecimento dos movimentos populares de reivindicação junto ao poder público e o desaparecimento do mesmo em termos legais, operacionais e financeiros para efetuar um atendimento adequado. Toda uma gama de problemas são apresentados, que vão desde a definição de creche e pré-escola, ao levantamento dos tipos de experiências em curso até a dificuldade de se trabalhar sem uma política articulada e integrada.

Nada mais sugestivo do que o título "O labirinto do Minotauro" para um texto — também originalmente apresentado à CEI sobre creche, por Regina Pahim Pinto — que aponta questões decorrentes das diferentes "interfaces" que envolvem órgãos, documentos e exigências relativas aos convênios firmados entre o poder público e as entidades sociais que atuam na área de creches.

Um dos caminhos desse labirinto nos conduz à uma surpreendente realidade, ou seja, que os recursos técnicos, administrativos e financeiros utilizados na gerência das creches do município de São Paulo poderão ser "simplesmente" provenientes da administração federal (LBA, MOBRRAL, FUNABEM), da administração estadual (Secretaria do Estado da Promoção Social, CEAS, FEBEM, Secretaria da Educação, Fundo Social de Solidariedade do Palácio do Governo, Vara de Menores) e administração municipal (Secretaria da Família e Bem Estar Social, Secretaria da Educação), sendo que uma das modalidades necessárias à administração da creche se dá por meio do estabelecimento de convênios, necessariamente.

"Números" — para efeito de publicação vem desmembrado de "Crianças e famílias paulistanas" — apresenta alguns dados trabalhados sobre pré-escolas e creches dentro da rede municipal de São Paulo. Ressalta a dificuldade de se caracterizar quantitativamente o atendimento existente em São Paulo, e de chegar a uma estimativa precisa do atendimento disponível.

Mostra que na pré-escola os registros são mais sistematizados, na medida em que a Secretaria Estadual de Educação controla as escolas que possuem o pré-primário, e centraliza essas informações no Centro de Informações Educacionais — CIE.

A dificuldade de se obter registros mais efetivos e abrangentes dos dados de faixa de 0 a 6 anos certamente decorre da ausência de um organismo responsável e articulador da política de atendimento à criança pequena. De qualquer forma os dados apresentados são subsídios importantes para uma análise da situação das creches e pré-escolas.

"Pajens e professoras" — reprodução parcial do texto "Profissionais de creche" — elaborado por pesquisadoras da Fundação Carlos Chagas em 1983 — expõe a pirâmide dos cargos e funções dentro da creche e os fatores e indicadores que determinam a posição dos profissionais de educação na estrutura piramidal. Um quadro demonstrativo da situação profissional das creches diretas da Prefeitura de São Paulo, contendo cargo, referência, escolaridade, carga horária e salários ilustra a discussão sobre a hierarquia e permite a identificação de diversos pontos conflitantes.

Uma das constatações é de que "às funções de planejamento e supervisão correspondem salários e níveis de capacitação superiores aos das funções de execução. Dentro do organograma das creches diretas da Prefeitura de São Paulo, uma pajem recebe um salário aproximadamente três vezes menor que o de uma diretora".

Outro aspecto detectado é o do universo simbólico que permeia a distribuição de cargos e funções. Um dos aspectos desse universo se traduz naquilo que ocorre entre pajens e professoras onde "mesmo que não se leve em conta a ambigüidade da denominação, é evidente a distinção nominal entre pajem e professora: aquela nomeando uma profissional que executa atividade junto às crianças menores desincumbindo-se também dos cuidados de limpeza e higiene; esta, uma profissional que vem da tradição escolar, exercendo função de execução e de orientação, lidando com crianças maiores e sem que lhe sejam atribuídas atividades de limpeza".

"Diretas já", elaborado por Maria Malta Campos e que fecha a publicação, nos oferece uma análise muito rica para a compreensão do porquê da luta pelas creches diretas.

Inicialmente temos um histórico que passa pelo assistencialismo — que durante décadas dominou a guarda e educação de crianças de 0 a 6 anos — para mais recentemente vermos a eclosão de movimentos sociais, principalmente grupos de mães que se manifestaram através do Movimento de Luta por Creches. Daí a grande mudança na concepção da creche, que passa a ser vista como "um direito da população e responsabilidade coletiva da sociedade em relação à formação das novas gerações.

A herança desse momento foi a ampliação da rede de creches municipais. A análise demonstra que sem dúvida essa ampliação foi um avanço apesar do tipo de método utilizado na implantação, como construções de altos custos, problemas nos padrões de funcionamento e no quadro de pessoal, modelo questionável de gestão e supervisão e muitos outros.

Os problemas são de diferentes naturezas e no entanto o argumento da Prefeitura para delegar a particulares a operação desses equipamentos baseia-se nos custos. Diante desse argumento, que é apontado como ponto central de toda a polêmica sobre as creches diretas, a proposta é de que se "reexamine com honestidade os padrões adotados e os custos resultantes dessas creches que depois de tantas décadas de omissão finalmente estão aí".

A partir dessa colocação vários pontos são analisados, desde a relação entre custos e qualidade do serviço prestado, passando pelo papel da creche, pelo desenvolvimento da criança, ambiente da creche, alimentação, qualificação do pessoal, salários, forma de trabalho, funções.

Tendo em vista que as creches existentes, representam muito pouco diante da grande parte da população que deveria ser atendida e que mesmo que a Prefeitura priorize essa questão, não seria possível esse atendimento, algumas alternativas foram colocadas para serem discutidas, levando em conta os prós e os contra.

Sylvia Cavasin